

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2020
Da Sra. Rafaela de Souza Leite

Dispõe o acréscimo do § 6º ao artigo 26º da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1º - O artigo 26º da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida com a seguinte redação.

“Art. 26 - Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

[...]

§ 6º Será incluído o ensino de política brasileira, como pluralidade e individualismo, racismo estrutural, constituição de cidadania, responsabilidade dos três poderes, de forma a melhorar o desenvolvimento cidadão dos alunos dentro das instituições de ensino e na sociedade.

Artigo 2º - O Ministério da Educação deve promover a discussão e aplicação das políticas públicas, bem como a orientação do corpo docente quanto à neutralidade do discurso, garantia constitucional assegurada pelo inciso II do art. 206 da Constituição Federal, bem como os princípios previstos nos incisos II, III, IV e XII do art. 3º da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

É dever do estado orientar e direcionar a educação no país, nesse sentido a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional – LDB, orienta e direciona as políticas voltadas para o campo educacional. A própria Constituição Federal, 1988, em seu artigo 6º, define a educação como um dos direitos sociais a que fazem jus os cidadãos brasileiros. Esse projeto de acréscimo na lei visa abordar a elaboração de um novo tema na grade escolar, na qual os jovens terão aulas acerca da política brasileira e temas que permeiam este assunto, como pluralidade e individualismo, racismo estrutural, constituição de cidadania, responsabilidade dos três poderes, de forma a melhorar o desenvolvimento cidadão dos alunos dentro das instituições de ensino e na sociedade.

A proposta tem como objetivo que os estudantes entendam as estruturas governamentais que formam o estado, entendendo as políticas públicas e o caminho que cada uma possui. Para que o estudante, desde da juventude, compreenda o seu papel na sociedade, consiga questionar as mudanças que considerem importantes para o lugar que vivem e os impactos em sua comunidade é necessário o conhecimento prévio.

A política é uma área extremamente importante da sociedade desde sempre, é ela quem define o estilo de vida da população inteira. Por diversos fatores históricos, foi estigmatizada subjetivamente como pertencente à apenas um grupo de pessoas, os sábios, os mais velhos, ou seja, os homens adultos. Assim, ao negligenciar a participação dos jovens quando assuntos políticos são abordados, diversas consequências negativas aos muitos elementos que compõe a sociedade são elevadas. Ademais, a política brasileira é a terceira com menor representatividade feminina no governo da América Latina, a sua média mundial está estagnada desde a década de 1940, de acordo com a Inter-Parliamentary Union. Para cada 7 vereadores, o Brasil possui apenas 1 mulher, segundo o Supremo Tribunal Eleitoral (STE). Todos os dados se mantêm desta forma, mesmo que aproximadamente, mais da metade da população brasileira seja feminina, o que justifica tais levantamentos é o pensamento histórico das pessoas, de que, quem faz política, é apenas o homem.

Os jovens desde sempre devem fazer parte da política e um belo exemplo de como o impacto dos jovens pode fazer a diferença foi o movimento Diretas Já, que ocorreu em 1984. Essa mobilidade pedia a reinvidicação da volta das eleições diretas, depois de 29 anos sem democracia, ocorreu a primeira eleição direta em 1989. Nos dias atuais, uma pesquisa realizada pelo Datafolha em 2018 indicou que cerca de um terço dos jovens, entre 16 e 25 anos, possuem pouco ou muito interesse em disputar uma eleição, mas apesar disto apenas 2% dos candidatos têm menos de 24 anos nas eleições do ano 2018, de acordo com o Supremo Tribunal Eleitoral (STE).

Uma nova particularidade do povo brasileiro é a discussão sobre política em todos os espaços que frequentam, discutir política é necessário, mas o modo que este ato vem sendo tratado por muitas pessoas está por causar diversos problemas de convivência, visto que esta grande parcela da população não possui tolerância durante os debates. O brasileiro não sabe discutir sobre política, pois não teve uma qualificação para argumentar sobre política.

É possível ver nos dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019, nos quais mais da metade da população brasileira não possui o Ensino Médio completo, revelando a carência de educação no Brasil. De acordo com o Datafolha, em 2019, metade da população evita discutir sobre política a fim de não provocar discussões com amigos e familiares. Tendo em vista a falta de conhecimento político da população, como pode ser representado pelos altos índices de venda de voto. Como mostra uma pesquisa feita a pedido do Supremo Tribunal Eleitoral (STE) no ano de 2015 e realizada pela empresa Checon Pesquisa/Borghini que constatou que quase 30% dos entrevistados sabem ou testemunharam compra e venda de voto, cerca de 63 milhões de pessoas.

Nesse sentido, a educação é promotora de toda mudança na sociedade, o poder público e sociedade civil poderão juntos orientar e melhorar a discussão política no Brasil, para que não fique apenas no campo do empirismo e possam formar jovens capazes de desenvolver materiais que auxiliem o governo no gerenciamento do país. Ações públicas se discutem.

Sala de Sessões, em ____ de _____ de 2020.

Da Sra. Rafaela de Souza Leite